



Bárbara Pestana
Advogada

Portugal é um país que depende da imigração para continuar a executar alguns dos seus setores económicos. Como pode um país tão dependente da imigração simplificar os processos, de forma a garantir uma entrada simples e segura a quem chega ao país?

Todo o setor precisa de uma reforma urgente e profunda, que vai desde a implementação de legislação coerente e estável, à dotação de recursos da AIMA e dos serviços consulares, simplificação e transição digital. A dificuldade começa nos serviços consulares portugueses. É difícil conseguir o agendamento para pedir um visto de curta ou longa duração, ou até para a legalização de documentos. São meses a fio de espera. Isto, combinado com a falta de disponibilidade de agenda da AIMA, pode atrasar um processo por um ou dois anos. O Estado está a falhar e esta situação convida à entrada e permanência de cidadãos estrangeiros, sem o título devido para o efeito, com todas as implicações em matéria de proteção dos seus direitos e segurança.

Como avalia a entrada em funcionamento da AIMA, no que respeita à substituição que veio fazer do SEF e das novidades de funcionamento que trouxe consigo?

A AIMA herdou do SEF cerca de 360 mil processos pendentes, a par dos graves problemas de organização e ainda a falta de recursos. Foi uma transição sem qualquer planeamento. Para dar um exemplo, os funcionários não receberam formação prévia, havia apenas um e-mail para receber todo o tipo de pedidos, e a linha de contacto telefónico e as plataformas de agendamentos e de renovação não funcionam ainda hoje. O exemplo do que não deve ser feito. A AIMA anunciou um programa de recuperação de pendências, a começar em março de 2024 e a terminar no Verão de 2025; brevemente, será aberto concurso público a solicitadores e advogados, para dar resposta a essas mesmas pendências, e serão instaladas novas lojas AIMA. O portal do reagrupamento familiar está a ser aberto progressivamente.

“O Estado está a falhar com os imigrantes”

Bárbara Pestana é advogada na paxlegal, uma boutique law firm que se especializou, entre outras áreas, na Imigração e Nacionalidade, tendo sido pioneira nos procedimentos de Golden Visa para investimento em regiões de baixa densidade populacional. Na entrevista que se segue, a advogada destaca as dificuldades dos imigrantes que chegam a Portugal e o que seria importante fazer para que a Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA) fosse verdadeiramente a solução para quem precisa de se legalizar no país.

Que impacto representa para um imigrante o facto de não ter o seu processo de legalização concluído?

A par da componente psicológica e do medo da deportação, acrescem as dificuldades de inscrição no serviço nacional de saúde, matricular os filhos em estabelecimentos de ensino, abrir contas bancárias, arrendar casa e, claro, o incómodo de não poder sair do país até que tenham a residência atribuída, facto que pode demorar dois ou mais anos.

Quais as mais-valias de ser acompanhado por um advogado durante um processo deste género?

O recurso a um advogado de imigração reduz substancialmente o risco. É uma garantia de que o processo será devidamente delineado e instruído, reduzindo a demora e o risco de indeferimento. De notar que não se trata apenas do deferimento do processo de obtenção do visto ou da residência, mas de todo o planeamento exigido numa transferência de residência, com impacto a nível fiscal, laboral, sucessório, imobiliário, etc.

Quando se trata de reagrupamento familiar, por exemplo, os prazos burocráticos também se estendem no tempo?

Em janeiro de 2024, a AIMA lançou o portal para o reagrupamento familiar, atualmente em vigor apenas para agregados familiares que contenham menores entre os cinco e os 15 anos, residentes em Portugal. Já foram marcados os primeiros agendamentos, mas tratando-se de um procedimento novo, apenas dentro de algumas semanas saberemos se é eficaz.

O que é fundamental fazer, no seu entender, para que estes processos de imigração possam ser concluídos de forma mais breve e sem que tantos entraves sejam colocados às pessoas?

É urgente um reforço dos meios humanos e investimento nas infraestruturas tecnológicas. Há que fomentar a transparência, informar de forma clara e inequívoca, agilizar a comunicação, simplificar, reforçar os meios de recolha biométricos e abrir mais balcões de atendimento presencial.

paxlegal

www.paxlegal.pt paxlegal@paxlegal.pt + 351 213 850 046*

*chamada para rede fixa/móvel nacional